



ACÓRDÃO Nº1884/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11765/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Evandro Guimarães da Cunha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias – OAB/AM 4697.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4615/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “A”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE, sob responsabilidade do **Sr. Evandro Guimarães da Cunha**, ex-Diretor, **exercício 2017**, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2423/1996, porque ausentes no Portal da Transparência:

- a) Indicação de quem seja o dirigente da entidade; atos de nomeação e exoneração de pessoal; legislação relacionada ao SAAE;
- b) Os links para informações sobre as diretorias, o controle interno, as licitações e os contratos (v.g.: https://www.transparencia-am.com.br/urucara/saae/pregao_presencial/2017/pr001-2017.pdf);
- c) Os convênios firmados e as publicações dos relatórios de gestão fiscal; tudo em desatenção ao art. 5º, XXXIII e *caput* do art. 37, da Constituição de 1988, c/c o art. 8º, *caput*, § 2º e § 3º, I da Lei nº 12.527/2011 e art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000.



ACÓRDÃO Nº1884/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.2. Determinar que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE, alimente devidamente o Portal da Transparência, em obediência ao art. 5º, XXXIII e *caput* do art. 37, da Constituição de 1988, c/c o art. 8º, *caput*, § 2º e § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011 e art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, principalmente no que abrange:

- a) Indicação de quem seja o dirigente da entidade; atos de nomeação e exoneração de pessoal; legislação relacionada ao SAAE;
- b) Os links para informações sobre as diretorias, o controle interno, as licitações e os contratos;
- c) Sobre os convênios firmados e as publicações dos relatórios de gestão fiscal.

10.3. Dar ciência ao Sr. Evandro Guimarães da Cunha, Ex-Diretor do SAAE, Urucará, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.4. Dar ciência ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE, para que cumpra a determinação, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.5. Arquivar o processo, após cumpridos os prazos regimentais.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Setembro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).



ACÓRDÃO Nº1884/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral